

DOCUMENTAR É PRECISO! DIÁLOGOS SOBRE OS REGISTROS NO TRABALHO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL E NA FORMAÇÃO INICIAL DO PEDAGOGO NO CONTEXTO DO ESTÁGIO

Pollyanna Rosa Ribeiro¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir sobre a relevância da documentação pedagógica no contexto do Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia, em especial, o desenvolvido nas instituições de Educação Infantil. A primeira etapa da Educação Básica está em pleno movimento de complexificação e de ampliação da exigência do trabalho docente, conseqüentemente, isso ressoa também na formação inicial. A documentação pedagógica faz parte da formação universitária docente que geralmente culmina em um relatório escrito analítico e reflexivo do percurso de trabalho nessa disciplina, então a proposta aqui é ampliar os destinatários dos registros reflexivos dos processos de aprendizagem vivenciados no Estágio atingindo as crianças e os profissionais da instituição campo. Isso requer discutir no território do Estágio Supervisionado uma dimensão de difícil elaboração: a sensibilidade para capturar o que é significativo nas vivências das crianças, dar visibilidade e compartilhar a essa captura não só para os profissionais pedagogos, no caso os professores de Estágio como interlocutores com os pedagogos em formação inicial – mas também as crianças. Nosso foco é lançar luzes e revelar também a interação do estagiário com a instituição campo, que impulsiona e fortalece amálgama teórico-prático, por isso, aqui, Ostetto (2001), Kinney e Wharton (2009), Gontijo (2011) e Leite (2004) emergem no trabalho como fundamentos importantes que tecem sobre a relevância da documentação pedagógica. A defesa é que a qualidade da documentação traz efeitos em todos os envolvidos com a mesma, em especial, para o vínculo entre estagiário e a turma que atua no campo, bem como pode se tornar objeto de investigação, análise, reflexão e escrita científica no campo pedagógico.

A Educação Infantil é um território privilegiado de atuação do pedagogo que está em ampla expansão, por isso, os cursos de formação inicial tem se debruçado também sobre a primeira etapa da Educação Básica a partir das nuances de suas trajetórias histórias, dos estudos e das pesquisas que estão em constante diálogo com as instituições que a vitalizam.

Norteando o trabalho das instituições de Educação Infantil, está a Resolução nº 5, 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Esse aparato legal desloca completamente tantas ideias ainda muito presentes no senso comum de que Educação Infantil é destinada exclusivamente aos cuidados das crianças para que os pais fiquem tranquilos enquanto trabalham ou que é importante para aprimorar o desempenho das crianças e prepará-las para a vida escolar.

¹ Professora da Escola de Formação de Professores Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e coordenadora pedagógica do CMEI Cecília Meireles da SME de Goiânia.
pollyannarr@hotmail.com

Suas orientações curriculares redimensionam os caminhos da atuação docente que lança os holofotes para as crianças, suas manifestações singulares e seus percursos de aprendizagens em interlocução com os conhecimentos do patrimônio da humanidade. Conforme afirma o Art 3º:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Então, se o currículo é definido como um “conjunto de práticas que buscam articular as experiências das crianças”, isso quer dizer que ele não está ordenado anteriormente. Certamente, o conceito acima veio refutar tantas práticas educativas que marcaram a história da Educação Infantil. Esse “conjunto de práticas” se efetiva e ganha substância por meio das experiências que permitem a integração do já sabido com a incorporação dos conhecimentos.

Essa premissa redimensiona o conteúdo da Educação Infantil, que não é previamente definido como uma lista e nem é um espaço vazio. Ao contrário, o professor da Educação Infantil tem a complexa incumbência de trabalhar os conhecimentos que foram e são construídos pela humanidade de maneira significativa e desafiadora com as crianças pequenas.

Esse conjunto de práticas e de experiências devem ser frutos de um processo de elaboração coletiva e de reflexão partilhada. A Educação Infantil é um *locus* privilegiado de trabalho coletivo que comunga crianças, professores, equipe gestora e comunidade. Para que essas vivências não se esvaíam e só tenham como prova o testemunho do professor, é indispensável que as experiências sejam documentadas de diferentes formas.

Nesse cenário atual, ao iniciarem o Estágio Supervisionado² na Educação Infantil, os acadêmicos de Pedagogia geralmente apresentam uma grande sede de saber mais sobre esse campo de atuação e apresentam muitas questões. O estudo da legislação vigente e dos documentos que dão suporte para o trabalho com as crianças mais novas, as discussões teóricas e o debruçar sobre das pesquisas na área são indispensáveis para descortinar o olhar

² Estágio Supervisionado será aqui apresentado com letra maiúscula para designar uma área de conhecimento que dialoga com outras que também fazem parte do percurso formativo docente constituída por dimensões pedagógica, política, social e também epistemológica.

leigo sobre a Educação Infantil. Mas para de fato embarcar nesse universo, a interação com a instituição campo é o que impulsiona e fortalece o amálgama teórico-prático.

Em suas incursões investigativas na instituição campo, em meio a entrevistas, observações participantes e análises documentais, os estudantes de Pedagogia geralmente se engajam na vida institucional como um compromisso político com a instituição com a qual se vinculou, com a universidade de onde é oriundo e com sua própria formação docente. Seu repertório epistemológico tende a se tornar mais amplo e diversificado, entretanto, se torna mais complexo quando o acadêmico passa de apreciador para sujeito reflexivo na construção de sua identidade profissional docente.

As trocas com a instituição campo na Educação Infantil, em um primeiro momento, tornam-se o ingresso em um cenário repleto de movimento e de vida movimentada de múltiplas formas pelos sujeitos que a compõem: crianças, profissionais e famílias. A partir do momento que adentram cada vez mais na vida institucional, os professores em formação inicial, isto é, os estagiários, demandam apreender a realidade da Educação Infantil.³

A Educação Infantil que queremos é aquela que busca realizar um trabalho comprometido com a criança, no respeito e na promoção de seus direitos, que vivencia o que as DCNEI (2009) apregoam, tendo os processos de aprendizagem das crianças como fios condutores da dinâmica institucional. Para isso, é fundamental brincar, interagir, escutar a criança, dialogar, questionar, observar, experimentar, representar. Ainda segundo o documento já mencionado, em seu artigo 9º, as experiências no campo da instituição de Educação Infantil devem garantir que:

- I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- III - possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

³ O percurso aqui comentado refere-se especialmente à proposta de Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia da PUC GO, em que o acadêmico no Estágio Supervisionado I insere-se uma instituição de Educação Infantil, prioritariamente pública lançando mão de observação participante entre outros instrumentos de coletas de dados. No Estágio Supervisionado II, na mesma instituição, desenvolve um Projeto de Estudo, de Investigação e de Mediação Pedagógica, em que assume diversas regências. Em continuidade, os Estágios Supervisionados III e IV seguem a mesma trajetória, só que no Ensino Fundamental.

- IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espacotemporais;
- V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;
- VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;
- VIII - incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- IX - promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- X - promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- XII - possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Para que essas experiências não se percam ou se dissipem no tempo e no espaço, é fundamental que sejam registradas a fim de que ganhem materialidade, dessa forma, as experiências podem ser discutidas, analisadas e replanejadas para que se qualifiquem cada vez mais. Todo o conjunto de registros que evidencia o percurso do processo ensino-aprendizagem, que expressa a intencionalidade e revela o movimento de aquisição conhecimentos manifestos por meio das diversas linguagens na Educação Infantil, pode ser chamado de documentação pedagógica.

A orientação do trabalho da Educação Infantil ser todo pautado na documentação é uma contribuição italiana, principalmente a oriunda da experiência de Reggio Emilia, dentre vivências consonantes de outros países, que defendem a escuta da criança, de suas hipóteses, de suas propostas, de suas negociações, de acordos e de decisões, em uma relação de reciprocidade e de interlocução entre os sujeitos, crianças-crianças, crianças e adultos. Nesse sentido, Kinney e Wharton (2009), intitulam a documentação pedagógica como uma forma de dar corpo e visibilidade para as aprendizagens. O ato de registrar, tanto feito pelo professor, quanto pela criança, torna-se uma “provocação para a aprendizagem” quando o grupo realiza diversas vivências e experiências e as registra (com desenhos, tentativas de escrita, pinturas, fotografias, vídeos, etc) a fim de responder e de investigar suas perguntas.

A relevância de documentar se reflete de maneira muito notória no trabalho docente na Educação Infantil, por isso, os estagiários precisam vivenciar a documentação de maneira muito profunda. Em geral, o trabalho do Estágio Supervisionado supervaloriza a produção de instrumentos escritos realizados pelo próprio acadêmico que descrevem, analisam e retratam seu processo de aprendizagem.

Essa premissa de que a escrita acadêmica impere a condução da interação com a realidade do campo é indispensável e, sem dúvida, é o trabalho com essa linguagem que pode elevar a qualidade do planejamento, da intervenção, da reflexão e do próprio repertório desse professor em formação inicial que é o estagiário. Por isso, é tão comum que o produto final da disciplina de Estágio Supervisionado seja a produção de um relatório final que sistematize e analise teoricamente as experiências vivenciadas como uma escrita reflexiva.

Essa escrita é um instrumento avaliativo precioso não só para o professor supervisor, mas especialmente para o próprio acadêmico. É ela que dá sentido e corpo a todo o trabalho investigativo, diagnóstico e formativo envolvido no Estágio, a fim de revelar todo o trabalho único e singular desenvolvido pelo estagiário na construção de seu próprio conhecimento, tendo ali um material que permite, para além da atuação e do acompanhamento do professor supervisor, uma autorreflexão de seu percurso. Afinal, esse deve ser o maior papel da avaliação em qualquer nível de ensino, permear todo o processo de estudo no acompanhamento das situações de aprendizagem, ou seja, traçar um caminho circular de reflexão-ação-reflexão, tendo em vista o redimensionamento e possíveis mudanças para o aprimoramento desse percurso formativo.

Para todo e qualquer trabalho docente, a escrita é uma companheira indispensável, desde o planejamento inicial, no percurso efetivo das vivências com as crianças e na construção da reflexão das trajetórias, inclusive para aquele que se preparando para atuar na Educação Infantil, no caso, os estagiários de Pedagogia.

Não podemos deixar tudo a cargo da memória. Ela é construída por um conjunto de percepções que nos marcam com traços das situações vividas e assim nos recordamos de impressões que podem ser de diversas naturezas, uma imagem, um aroma, um sabor, uma sensação, um som etc. A memória se constitui como uma montagem, um arcabouço em constante movimento de traços que são transcritos e recompostos em uma lógica subjetiva, que é a lógica inconsciente. O funcionamento da memória não é cumulativo. A memória é seletiva e vulnerável à construção de narrativas e imagens e distorcidas do que de fato ocorreu.

Na primeira etapa da Educação Básica, a escrita deve revelar não apenas o olhar docente implicado na mediação pedagógica, mas também os olhares das crianças sobre suas vivências. Obviamente, como as crianças dessa faixa etária ainda não se apropriaram dessa linguagem, a documentação do seu processo de aprendizagem é de inteira responsabilidade docente. Essa constatação exige um maior comprometimento e rigor do professor da Educação Infantil, demandando do mesmo o aprimoramento do campo técnico com domínio das propriedades textuais, bem como um grande investimento de aprofundamento intelectual que lhe permita capturar, organizar, refletir e documentar as vivências e as experiências significativas das crianças, assim como defendem as DCNEI (2009).

Além disso, o professor precisa investigar e tornar possível a produção e a apropriação da cultura da criança valorizando suas experiências, a fim de relacioná-las com leituras teóricas e registrando essa articulação por meio da escrita, ou seja, é necessário não perder de vista o investimento autônomo e incessante na própria formação ao ler fontes atualizadas sobre o campo de atuação, promover processos investigativos com os pequenos e tornar-se pesquisador de sua própria ação. Estas não são tarefas difíceis, contudo demandam rigor e comprometimento com o trabalho.

O enaltecimento da escrita como a linguagem o carro-chefe do trabalho do estagiário se justifica em primeiro lugar porque ele está situado em uma formação acadêmica. Em segundo lugar, como já dito, todo o professor necessita dominar a capacidade de produção textual, o da Educação Infantil ainda mais porque seu cotidiano atual muito lhe exige. São muitas as demandas institucionais que se debruçam sobre a escrita, inclusive, o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inciso V, estabelece regras para a Educação Infantil solicitando que a avaliação das crianças deve ser realizada com registro e “expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança”. Portanto, é inegável a relevância da escrita aos moldes acadêmicos no processo de Estágio.

Contudo, os textos produzidos pelo professor da Educação Infantil não tem como destinatários os sujeitos que trabalham na instituição educativa, seja o coordenador pedagógico ou outros professores que receberão as crianças no Ensino Fundamental. A escrita produzida é para ser compartilhada não só com os demais profissionais, e sim, com as próprias crianças.

É esse o ponto que este artigo propõe lançar uma indagação diante daquilo que já está tão posto e consolidado nas discussões do Estágio Supervisionado: Será que o que temos

oferecido como oportunidade de aprendizagem aos estudantes de Pedagogia ainda não está restrito ao diálogo do aluno com seu professor de Estágio?

O desafio do Estágio Supervisionado atual que se debruça sobre a Educação Infantil é um pouco maior do que se apresenta aparentemente, pois a cada dia percebemos o movimento que aprimora e complexifica o trabalho docente dessa etapa da Educação Básica. Se for esse professor que queremos formar, que dentre tantos atributos, também saiba registrar, precisamos ampliar um pouco mais a ideia de documentação pedagógica na Educação Infantil, sem claro dispensar a escrita acadêmica, porém expandindo outras formas de registros.

O Estágio Supervisionado do curso de Pedagogia deve ser esse período privilegiado da formação docente que permita a imersão reflexiva na realidade, de reciprocidade teórico-prática, de mergulho “na educação como práxis social, a atividade teórica e prática são indissociáveis. Daí que a Pedagogia é ciência (teoria) prática da e na práxis educacional” (PIMENTA, 2006, p. 94). E a realidade da Educação Infantil hoje é que o professor seja um sujeito que também domine a escrita rigorosa, acadêmica e intelectualizada dos instrumentos pedagógicos: planejamento e avaliação, mas que suas elaborações e seu olhar reflexivo também ressoem a mediação que tenha como foco a criança, a escuta da mesma e suas interações em um contexto único de aprendizagem, bem como as relações com a família.

Essa perspectiva de trabalho enlaça a documentação pedagógica para além daquilo que se espera, redimensionando e exigindo ainda mais desse profissional que atua na Educação Infantil. Essa demanda da área também bate às portas da formação inicial e do Estágio Supervisionado.

Isso requer discutir e trabalhar no território do Estágio Supervisionado uma dimensão de difícil elaboração: a sensibilidade para capturar o que é significativo nas vivências das crianças, dar visibilidade e compartilhar a essa captura não só para os profissionais pedagogos – sejam os gestores como interlocutores diretos com os professores que já atuam, sejam os professores de Estágio como interlocutores com os pedagogos em formação inicial – mas também as crianças e suas famílias.

A família surge aqui porque é um segmento muito importante na comunidade educacional, ainda mais quando se trata da Educação Infantil. A defesa aqui é que a comunidade tenha ciência de que há um intercâmbio entre ela e a universidade, e que a instituição campo de Estágio presta um serviço muito importante à sociedade permitindo com que seu espaço de formação infantil seja também um *lócus* de formação docente. Isso só será

possível quando a universidade se preocupar em lançar mão de estratégias que permita a comunidade saber as diversas interfaces do ensino.

Por isso, o Estágio Supervisionado pode ser o convite para que a atividade reflexiva implicada em si tome a documentação pedagógica como um dos focos de investigação e de ação, para que a postura intelectual e propositiva almejada para o acadêmico ressoe não somente para o estagiário e a universidade. A defesa que esse artigo faz então é que o percurso de trabalho teórico-prático inicie o diálogo com a instituição campo também, em especial com as crianças e com a comunidade educacional.

Por isso, o estagiário precisa estar disposto a todo instante se lançar como pescador de imagens, de falas das crianças e de suas manifestações diversas. Papel, caneta e uma câmera são instrumentos que devem acompanhá-lo a todo instante na observação participante e também na intervenção. Depois, sentar e analisar tudo que foi coletado, para aí sim organizar esses dados dentro de um contexto para escrever seu registro diário e compor um outro tipo de registro que expresse os caminhos das aprendizagens dos grupos e suas reflexões.

Apesar de o registro de atividades, no âmbito administrativo ou no pedagógico, não ser uma novidade na escola, sua utilização como forma de documentar os processos e práticas pedagógicas vem ganhando força. Mais que isso, a prática de documentação pedagógica é uma possibilidade de reflexão docente e de comunicação entre as pessoas envolvidas nas relações com as crianças. É importante ressaltar que a atitude reflexiva é construída na própria prática de documentação, é no espaço social constituído pelos docentes, coordenadores, crianças e familiares que a reflexão ganha força epistêmica (GONTIJO, 2011, p.122).

O conjunto de registros escritos, gráficos, fotográficos e audiovisuais, oferece marcas para a composição de uma “memória compreensiva”, fornecendo subsídios para reflexões, análises e novas ações, formando assim uma “história viva”. Assim, o material construído nesse processo de registro serve como alicerce para os edifícios dos saberes de todos os envolvidos. O que já fizemos? Para onde queremos ir? Com base no que temos, o que faremos para alcançar nossas metas? Essa construção que ganha concretude na escrita, na fotografia e nas diversas produções, aborda a memória pessoal, no caso, a do profissional e também a memória coletiva, que refere-se ao grupo.

Na escrita, vamos ampliando a compreensão de nossa prática. Vamos percebendo o grupo, o seu movimento; vamos levantando questões sobre o que é preciso melhorar no dia a dia junto com as

crianças, dar mais atenção, rever. Na escrita resgatamos a aventura vivida e o crescimento que ela provocou em todos do grupo (OSTETTO, OLIVEIRA e MESSINA, 2001, p.22)

Essa produção de novas trajetórias e o (re) planejamento do movimento de aprendizagens apresenta-nos um imperativo para qualificar nossas atitudes e promover experiências cada vez mais ricas e desafiadoras para as crianças: registrar é preciso! Documentar, organizar e articular os diversos registros também é preciso!

O registro pedagógico é uma condição do trabalho docente, é a evidência de que sua atuação é propositada, tem finalidade e direção. Registrar é produzir e imprimir marcas simbólicas que ganham materialidade e corpo, que se cosubstancializa em um determinado suporte, seja a escrita no papel, a escrita digital, os grafismos das crianças, suas tentativas de escrita, seja a captura da luz e de uma imagem por meio da fotografia, ou de filmagens.

Por mais que tentemos, nossa percepção da realidade diante da multiplicidade de acontecimentos e de elementos é limitada, assim como a memória. Nosso olhar também é recortado pelo ângulo de captura e a escuta captura de forma privilegiada alguns sons. Então, é indispensável exercitar a prática de registrar as falas das crianças, suas expressões manifestas pela entonação da voz, pelo olhares, pelos gestos diversos, pelos risos, pelos choros e por todos seus movimentos, seja por meio da escrita, das produções das crianças, da fotografia, etc, já que os apagamentos e os recortes inevitavelmente compõem esse processo.

De posse dos dados coletados, o estagiário e as crianças reconstroem uma cena, tramam uma tecitura narrativa de suas trajetórias de aprendizagem. A produção dessa narrativa é um artifício ficcional que é indispensável para dar organização e lógica ao processo educativo.

Por isso, os educadores precisam em procedimentos de investigações e pesquisas com as crianças, para que, em um processo de colaboração entre todos os envolvidos, as crianças interpretem e busquem a compreensão das questões que as cercam. Assim, as crianças se sentem cada vez mais interessadas pelas experiências, pelos materiais, pelos jogos, pela leitura e escrita, entre outras situações abordadas pelas temáticas exploradas em cada agrupamento.

O convite para que as crianças registrem, desenhem e, especialmente, tentem escrever de acordo com suas hipóteses, contribuem com a incorporação e a aprendizagem da leitura e da escrita. A produção da documentação pedagógica na perspectiva do protagonismo grupal, compartilha a responsabilidade com todos os envolvidos no ato de registrar.

Os registros que compõe a documentação pedagógica não se configuram como parte de uma burocracia, ao contrário, são dotados de sentido e de funções que alicerçam as reflexões sobre os processos de aprendizagem de todos os envolvidos. Permitem revistar teoricamente a prática, impulsiona o redimensionamento da mesma e conclama o trabalho coletivo na produção de novos saberes, mobilizando os diversos atores nesse exercício documental.

Quando o docente se coloca como escriba, registra as falas das crianças, expõe esses textos por meio de cartazes e convida a comunidade para apreciar, vemos que a escrita promove esse resgate da essência pedagógica por meio da sistematização do trabalho. As falas das crianças são de cunho poético, difusas, muitas vezes, suas pistas se dão de maneira espalhadas e desconexas. Por isso, é tão importante quanto atentar-se, é registrar e retomar a escrita com todo grupo. Essas são práticas significativas de letramento que incentivam o cultivo e a incorporação da leitura e da escrita no cotidiano. “O registro propicia a construção social da escrita e valoriza uma das dimensões do uso social da língua” (Barbosa e Horn, 2008, p. 60).

São nas situações contextualizadas e significativas proporcionadas nas vivências e nas experiências do projeto de trabalho que a captura do jogo da escrita, isto é, o jogo das relações entre letras e sons, no posicionamento e nas distinções da formação significante dentro da cadeia, é que a aquisição da leitura e da escrita acontece. Nessa troca, é que a criança pode elaborar suas hipóteses, formula questões, busca perceber as regularidades, tenta, acerta, erra, experimenta, e assim por diante. A leitura de um texto que irá compor a própria documentação pedagógica é uma atividade linguística que tem como condição a escrita.

Ao ler com os ouvidos, a criança não apenas se experimenta na interação, na interlocução, no discurso escrito organizado, com suas modulações prosódicas próprias, como também aprende a voz escrita, aprende sintaxe escrita, aprende as palavras escritas (BRITTO, 2005, p.19).

É dessa forma que o estagiário pode vivenciar e proporcionar situações significativas de letramento. Ao ler com as crianças os cartazes que remontam o encontro anterior do que o estagiário vivenciou com as crianças, ao interpretar com elas as fotografias dessas experiências, ressalta-se o texto significativo como apoio de memória e abre-se margem para novas intervenções. Essa documentação de cunho coletivo que agrega o texto do estagiário, os registros das falas das crianças, a fotografia das vivências, os textos literários trabalhados e as

produções artísticas das crianças deve revelar o percurso de aprendizagem daquele grupo em si com o estagiário, situados em um determinado tempo e espaço social e historicamente determinados.

Para materializar essa documentação pedagógica, é preciso lançar mão de diversos tipos de registros: planejamento, registro avaliativo diário, a escrita inicial do projeto, a coletânea produções individuais das crianças, o relato final e os registros coletivos que dão visibilidade à trajetória do projeto de trabalho. Não importa o suporte, seja o caderno, a pasta ou digitalizado, o que de fato faz a diferença é que revelem a polifonia de uma maneira coesa, de forma que dê visibilidade aos percursos de aprendizagem. Além disso, todos esses registros são produzidos de maneira entrelaçada, em que um subsidia a construção do outro.

O registro coletivo do projeto de trabalho pode ser intitulado de diferentes formas: o livrão do projeto de trabalho, livro da memória, livro da vida álbum ou painel do projeto. O intuito dessa estratégia de documentação é extrapolar a descrição dos fatos e tornar-se uma narrativa analítica, como uma janela das vivências e das experiências do grupo, um espaço observatório para o diálogo entre o grupo com suas famílias, com as outras turmas e profissionais e também para outros familiares da instituição, os visitantes esporádicos, enfim, para toda comunidade educacional. Essa narrativa deve apresentar os elos e os encadeamentos das vivências, que são enlaçadas pelo tema-problema do projeto de trabalho.

Assim, as paredes da instituição ganham vida, um poder relacional, que atrai olhares e conversam com todos que por ali passam, expressando o discurso institucional. A valorização aqui não é dos eventos esporádicos, que fazem parte do percurso, mas sim, do trabalho feito pelo grupo de crianças e o estagiário. Essa documentação coletiva é “um grande instrumento de partilha que envolve qualidade estética e prazer” (LEITE, 2008, p.29). Esse material formado pela escrita da narrativa do grupo, por mostras das produções das crianças, suas pesquisas, transcrição das falas das crianças, cópia das capas de livros trabalhados no percurso, por fotografias etc, tudo isso de forma articulada.

Essa documentação pode ser fonte de interlocução entre o estagiário e as crianças, o estagiário com os profissionais da instituição campo e toda comunidade educacional. Além disso, todo esse conjunto de registros deve se tornar objeto de estudos, de problematização e de reflexão para o próprio acadêmico. Isso porque sua atuação envolve observar, descrever, analisar, questionar, interpretar, fundamentar, planejar, redimensionar e buscar aprimorar a própria formação. Nesse sentido, o exercício documental tanto no que tange a escrita acadêmica científica, quanto a narrativa coletiva construída para e com as crianças, compõem

um exercício reflexivo que permite a produção de conhecimento sobre o trabalho docente. Concordamos com Contijo ao afirmar que,

[...] é certo que o exercício de documentar torna-se um instrumento de reflexão sobre as concepções e práticas educativas, além de impulsionar a produção de novos conhecimentos e de novas ações pedagógicas. Nessa proposta, o docente não é um ser isolada na prática educativa, mas é visto como participante de uma cultura escolar como sujeito, profissional e trabalhador, cuja atividade não se reduz a executar tarefas.

Se com essa prática há impactos sobre a aprendizagem e a ação docente, entendemos que incentivar a comunidade escolar para o exercício de registrar de maneira reflexiva e comunicativa vivências das crianças e do grupo de crianças torna-se uma possibilidade de formação docente. Entendendo a comunidade escolar não focada apenas nas relações entre professores e alunos, a documentação vivida na perspectiva aqui defendida repercute na dimensão educativa de todos os envolvidos com as crianças, colocando em questão outras dimensões pouco discutidas em relação às suas funções sociais, culturais e políticas (GONTIJO, 2011, p. 131)

O trabalho com a documentação pedagógica no contexto do Estágio favorece a identificação dos sujeitos – estagiários, crianças e os profissionais da instituição campo – com seu trabalho, podem se reconhecer ali, perceber suas contribuições, intervenções, isto é, sua participação. Aí sim está uma mostra de que realmente o trabalho do Estágio Supervisionado é fruto de coletividade e que dá relevo à educação como prática social, coletiva e pedagógica de sujeitos que imprimem suas marcas e que dá materialidade às suas memórias.

Referências:

BRASIL. Lei nº9394/1996. Lei que estabelece as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n.5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil*. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

BARBOSA, Maria Camem Silveira e HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Letramento e Alfabetização: implicações para a Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; MELLO, Suely Amaral (orgs.). *O mundo da escrita no universo da pequena infância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

GONTIJO, Flávia Lamounier. Documentação pedagógica como instrumento de reflexão e produção docente na educação infantil. *Revista Paideia* do Curso de Pedagogia Universidade FUMEC. Belo Horizonte. Ano 8, nº10, p. 119-134. Jan-jun. 2011.

KINNEY, Linda e WHARTON, Pat. *Tornando visível a aprendizagem das crianças*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LEITE, Maria Isabel. Linguagens e Autoria: registro, cotidiano e expressão. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda e LEITE, Maria Isabel. *Arte, Infância e Formação de Professores: autoria e transgressão*. Campinas, SP: Papyrus, 2004. p.25-39.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; OLIVEIRA, Eloisa Raquel de; MESSINA, Virgínia da Silva. *Deixando marcas: a prática do registro do cotidiano da educação infantil*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. *O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2006.